

# CPIs paralisam Congresso e líderes temem o desgaste das instituições

GERALDA FERNANDES  
E LUIZA DAMÉ

Raimundo Paccó



Lideranças no Congresso estão preocupadas com a onda de pedidos de instalação de CPIs que monopoliza as atividades do Legislativo. Após o impeachment de Collor e a avalanche provocada pela CPI do Orçamento, os parlamentares temem a paralisação do poder público, por causa da concentração de esforços em torno das investigações, e o desgaste das instituições. O principal receio é de que a proximidade das eleições transforme o Congresso em palanque para os candidatos, que vêem aberto um espaço fértil para conquista de votos.

Na ânsia de recuperar a imagem do Congresso e a credibilidade do poder público, deputados e senadores já envolvidos com as CPIs do Orçamento, da Evasão Fiscal, das Privatizações e do Endividamento Agrícola — para citar somente as que investigam denúncias de corrupção — propõem a criação de novas comissões. A aprovação da CPI da CUT, que começa a funcionar em janeiro, desencadeou propostas de ampliar as investigações às demais centrais sindicais de trabalhadores e empregadores, dos partidos políticos e do sistema financeiro. Os insatisfeitos com os resultados finais das CPIs da Corrupção (governo Sarney) e da Vasp querem retomar esses processos.

**Empreiteiras** — É crescente o apoio entre os membros da comissão para que a CPI do Orçamento dê origem a uma devassa nas empreiteiras, juntando-se as apurações da CPI do PC. A proposta original foi apresentada pelo líder do Governo, senador Pedro Simon, que obteve o apoio do presidente Itamar Franco. Simon entende que se a



Simon defende a instalação de uma CPI somente para investigar as atividades das empreiteiras

atual CPI ampliar muito o leque de investigações para atingir as empreiteiras poderá perder o rumo nas denúncias de corrupção no Orçamento. O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) concorda que a CPI do Orçamento não pode fugir da apuração das irregularidades no uso das verbas públicas, mas discorda da criação de outra CPI.

Bisol defende a criação de um organismo com amplos poderes que reuniria todas as instituições para investigar os diversos setores públicos e privados. Esse órgão poderia determinar seqüestro e arresto de bens, prisão cautelar e preventiva, quebra de sigilo bancário e fiscal — semelhante ao que acontece na Itália. “O Estado brasileiro está cor-

rompido, está apodrecido e nós estamos precisando fazer uma operação tipo mãos limpas”, argumenta. O senador — um dos mais atuantes na CPI do PC e na do Orçamento — é contrário à abertura de novas comissões. “Se continuarmos assim, o Brasil inteiro só vai fazer CPI e a administração dos bens e do erário público ficará comprometida”, afirma.